Senhores Deputados. — A vossa comissão de finanças, apreciando o projecto n.º 11-K, dá o seguinte parecer:

Resolveu a comissão, em geral, não dar a sua aprovação a nenhum projecto que envolva isenção de direitos.

Claro que quando a isenção proposta represente um efectivo desfalque para o Tesouro, tem a comissão de negar a sua aprovação a tal projecto, não assim quando de qualquer maneira o Estado seja compensado. É êste o aspecto que reveste o projecto em exame.

A Câmara Municipal é isenta do pagamento da contribuição de registo e imposto de sêlo, mas a perda é compensada pela aquisição do aquartelamento para um regimento de cavalaria, o que certamente acarretaria uma despesa em verba muito superior à perdida com a isenção

se o Ministério da Guerra tivesse de fazer ou adaptar um edificio ou mesmo pagar uma renda por uma casa para aquartelamento.

Entende a comissão, no entanto, que se deve adicionar ao projecto a seguinte disposição:

«No caso da Câmara não destinar o edifício e mais terrenos a quartel ou a uma instituição de beneficência ou de instrução, terá de pagar as contribuições e selos de cujo pagamento é isenta por êste projecto de lei».

Dêste modo a comissão julga de vantagem a aprovação do projecto com o aditamento.

Sala das Sessões, em 11 de Janeiro de 1912.

Inocêncio Camacho Rodrigues.
Tomé de Barros Queiroz.
Joaquim José de Oliveira.
Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.
António Maria Malva do Vále.
José Barbosa.
Aquiles Gonçalves.
Álvaro de Castro.

## 11-K

## PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É concedida à Câmara Municipal do concelho de Nelas a isenção da contribuição de registo pela aquisição dum prédio e mais terrenos destinados ao aquartelamento do regimento de cavalaria n.º 7, colocado na-

quela vila por decreto de 8 de Junho do ano corrente, bem como do imposto do sêlo relativo às obrigações representativas do empréstimo de 20:0005000 réis (vinte contos) que para aquele fim foi autorizado a contrair por decreto de 25 de Novembro findo.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, de Dezembro de 1911.

O Deputado, Alvaro Poppe.